

A prática escolar de ensino de gêneros do discurso argumentativo: pedagogia da *dessubjetivação*

(The school practice of teaching genres of argumentative discourse genres: *dessubjectivation* pedagogy)

Luciano Novaes Vidon¹

¹Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

pfvidon@gmail.com

Abstract: What are the concepts, didactic and pedagogical proposals and practices/production of argumentative texts we found in the current context of the teaching Portuguese language? This question is relevant as we take into account the changes envisioned for the teaching of Portuguese language in recent years, especially after the implementation of the National Curriculum [PCN] in 1998. This article aims to discuss some data that reflect the current state of the teaching-learning. Based on a dialogical conception of language, according to Bakhtin / Voloshinov (2003), we tried to analyze subjectivity and desubjectivation marks in learning materials on genres of argumentative discourse and also in texts produced by high school students in various situations of enunciation in the field of speech.

Keywords: discourse; subjectivity; Genres of argumentative discourse.

Resumo: Quais as concepções, propostas didático-pedagógicas e práticas de produção de textos argumentativos que encontramos no contexto atual do ensino de língua portuguesa? Essa questão se faz pertinente, no momento, tendo-se em conta as mudanças vislumbradas para o ensino de língua portuguesa nos últimos anos, em especial a partir da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1998. Este artigo tem como objetivo discutir alguns dados que refletem o atual estado desse processo ensino-aprendizagem. Com base em uma concepção dialógica de linguagem, segundo Bakhtin/Voloshinov (2003), procuramos analisar marcas de uma tensão entre subjetividade e dessubjetivação em materiais didáticos trabalhados para o ensino de gêneros do discurso argumentativo e, também, em textos produzidos por estudantes de ensino médio, em situações diversas de enunciação nesse domínio do discurso.

Palavras-chave: discurso; subjetividade; Gêneros do Discurso Argumentativo.

Introdução

Neste trabalho, inserido no âmbito do projeto de pesquisa “Subjetividade e des-subjetivação em enunciados argumentativos produzidos em esfera escolar: gênero, estilo e autoria”,¹ desenvolvido junto à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), perguntamo-nos a respeito das concepções, propostas didáticas e práticas linguístico-pedagógicas de trabalho com gêneros do discurso argumentativo, tais como comentários, resenhas, cartas, artigos, entre outros “enunciados argumentativos” diversos, encontrados, atualmente, no ensino de língua portuguesa, especialmente no ensino médio.

¹ Esse projeto vem sendo desenvolvido, desde 2006, sob nossa coordenação, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no âmbito de Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Participam, atualmente, do projeto quatro (04) alunos de Iniciação Científica (IC), duas (02) alunas de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), todos graduandos em Letras-Português, e dois (02) alunos de Mestrado. Outros quatro (04) alunos de IC, dois (02) de TCC e quatro (04) de Mestrado também já participaram do projeto.

O objetivo geral do projeto é investigar como enunciados pertencentes a gêneros desse domínio discursivo (a argumentação) têm sido produzidos na esfera escolar, em diálogo com outras esferas sociais, e se questões relacionadas à subjetividade, estilo e autoria têm se tornado objeto de ensino em relação a esses gêneros do discurso. Tal objetivo é buscado a partir da teoria bakhtiniana da linguagem, de sua metodologia dialógica (BAKHTIN, 2003; 2010; AMORIM, 2001; GRILLO, 2003a; 2003b; MIOTELLO; 2011), e, também, de um *corpus* de enunciados constitutivos do contexto de interação escolar.

As questões que nos propomos a investigar se fazem pertinentes, no momento, tendo-se em conta as mudanças propostas para o ensino de língua portuguesa nos últimos vinte anos, pelo menos (ROJO, 2008; GOMES-SANTOS, 2004). Particularmente em relação ao “ensino de redação”, todas essas propostas de mudanças nas concepções de língua, linguagem, texto e discurso culminaram em propostas de ensino e de produção de texto que procuram se distanciar das tradicionais, fundamentalmente tipológicas e temáticas (as famosas “Minhas férias”, “A importância do livro”, etc.).

Nessas “novas propostas” linguístico-pedagógicas, as tentativas de se aproximar de situações reais de comunicação, trabalhando, contextualmente, os gêneros discursivos (BAKHTIN, 2003; 2010), isto é, circunscrevendo-os, em quadros enunciativos intertextuais e interdiscursivos, têm provocado um movimento de mudanças nas propostas de produção de textos argumentativos, e, conseqüentemente, nos processos pedagógicos de trabalho com enunciados pertencentes a gêneros dessa natureza.

A assunção, no entanto, do conceito de gêneros do discurso apartando-o do todo da teoria bakhtiniana pode provocar contradições e incoerências. Neste trabalho, procuramos olhar para algumas tensões advindas desse movimento de apropriação, no sentido bakhtiniano do termo, do conceito de gêneros do discurso, discutindo dados advindos da prática pedagógica através das análises de um material didático de língua portuguesa e de uma proposta de produção textual de um determinado vestibular.

Os gêneros do discurso argumentativo² nos materiais didáticos

Tradicionalmente, a orientação pedagógica geral a respeito dos gêneros argumentativos sempre privilegiou a busca por uma objetividade, imparcialidade e neutralidade do enunciador em relação aos demais parâmetros da enunciação. Esta enunciação, no entanto, dada a sua natureza argumentativa, exige um posicionamento do enunciador, contrapondo-se a posicionamentos de outros enunciadores a respeito do mesmo tema. Trata-se, como propõe Perelman (1997), de um contexto comunicativo fundamentalmente pragmático e dialógico. Revela-se, assim, nesse processo, uma tensão constitutiva entre expor uma questão de forma objetiva, com imparcialidade e neutralidade (a dissertação, exposição ou demonstração), e posicionar-se em relação a essa questão, defendendo um ponto de vista (argumentação, persuasão) (VIDON, 2012).

Essa tensão entre dois domínios discursivos tão imbricados pode ser encontrada em materiais didáticos, como o exemplificado a seguir (CEREJA; MAGALHÃES, 2003). Ao tentar diferenciar os domínios do dissertar e do argumentar, os autores desse material

2 Concebemos a argumentação como um domínio discursivo, no sentido perelmaniano do termo (PERELMAN, 1997), que se realiza, concretamente, em enunciados de vários gêneros, como um ensaio, uma resenha, um artigo de opinião, uma carta argumentativa, entre outros exemplos bastante comuns à esfera escolar.

didático defendem, inicialmente, que o texto dissertativo, distinguindo-se do argumentativo, ocupa-se, fundamentalmente, da informação, ou melhor, da transmissão de conhecimento. Somente o argumentativo estaria comprometido com a persuasão. No entanto, como os próprios autores observam, é o texto dissertativo-argumentativo que é solicitado e produzido, na maior parte das vezes, nas escolas e vestibulares.



Produção de texto

O texto dissertativo-argumentativo

 TRABALHANDO O GÊNERO

*Dissertar é o mesmo que desenvolver ou explicar um assunto, discorrer sobre ele. Assim, o texto dissertativo pertence ao grupo dos *textos expositivos*, juntamente com o texto de apresentação científica, o relatório, o texto didático, o artigo enciclopédico. Em princípio, o texto dissertativo não está comprometido com a persuasão e, sim, com a transmissão de conhecimentos.*

Os textos argumentativos, ao contrário, têm por finalidade principal persuadir o leitor sobre o ponto de vista do autor a respeito do assunto em questão.

Quando o texto, além de explicar, também persuade o interlocutor e modifica seu comportamento, temos um **texto dissertativo-argumentativo**.

Leia o texto dissertativo-argumentativo que segue e responda às questões propostas.

DISSERTAÇÃO NO VESTIBULAR: DISSERTAR OU ARGUMENTAR?

Embora na maior parte dos exames vestibulares do país se solicite aos candidatos a produção de *textos dissertativos*, na verdade, pela natureza polêmica dos temas, quase sempre o que se espera do candidato é que ele produza um texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, isto é, um texto em que o autor analise e discuta um problema da realidade, defenda seu ponto de vista e, às vezes, proponha soluções.

Ao dissertar, seu texto se torna naturalmente dissertativo-argumentativo se a linguagem manifestar uma intencionalidade persuasiva.

Capítulo 25

É possível observar, na coluna da direita da página acima, que os autores incorporam conceitos advindos das pesquisas em Linguística, ou, mais especificamente, em Linguística Aplicada. Os termos “produção de texto” e “gênero” são reflexos de discussões iniciadas, pelo menos, nos anos 1960 e intensificadas nos anos 1980. Geraldini (1984), por exemplo, em *O texto na sala de aula*, critica fortemente a prática de (re)produção de “redações” nas escolas, e a diferencia do que seria uma prática de produção de textos, mais condizente com a realidade social vivida pelos estudantes e professores. Essas discussões sobre o Ensino de Língua Portuguesa culminaram, por exemplo, na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs), em meados dos anos noventa, quando o conceito de gêneros do discurso, inicialmente postulado por Bakhtin (2010), ganhara força nos meios acadêmicos e pedagógicos.

No primeiro parágrafo, ainda, verificamos uma refração do conceito bakhtiniano de gêneros do discurso, ao se afirmar que “o texto dissertativo pertence ao grupo dos textos expositivos, juntamente com o texto de apresentação científica, o relatório, o texto didático, o artigo enciclopédico”. Nessa formulação, é possível hipotetizar que os autores estão se valendo da concepção de gêneros do discurso realizada pelo chamado Grupo de Genebra, particularmente, nesse caso, por Jean-Paul Bronckart (1999). Esse autor propõe uma divisão da atividade discursiva (psicossemiótica, para o autor) em dois mundos distintos, o “mundo do narrar” e o “mundo do expor”.

Ao agruparem o texto dissertativo no “grupo de textos expositivos”, os autores do livro didático parecem se alinhar à proposta de Bronckart (1999), considerando-o como pertencendo a esse “mundo discursivo”, isto é, o “mundo do expor”. No entanto, até o momento, não há caracterização desse “tipo textual” a partir dos parâmetros postulados pelo pesquisador genebrino. Ao contrário, a definição de texto dissertativo se dirige para uma diferenciação psicológica: “Em princípio, o texto dissertativo não está comprometido com a persuasão e, sim, com a transmissão de conhecimentos”.

Por outro lado, ao tentarem separar “dissertar” de “argumentar”, situando o dissertativo no âmbito da “transmissão de conhecimentos”, os autores refletem uma tradição epistemológica que separa o campo da exposição, da demonstração, do campo da argumentação, da persuasão. Essa “separação” pode ser vista, em termos discursivos, como uma tentativa de manutenção de um discurso segundo o qual o campo do conhecimento, do saber, seria isento de poder – no caso, de persuasão. Trata-se da replicação de uma oposição histórica entre lógica e retórica, amplamente discutida por Perelman em sua *Nova Retórica* (1997). Crê-se, dessa perspectiva, que a dissertação seria o lugar da lógica, da razão, da objetividade. Já a argumentação abarcaria o inverso: o ideológico, o passional, o subjetivo.

Essa concepção de dissertação encontra respaldo em, pelo menos, dois importantes campos discursivos,³ o científico e o jornalístico, que representam a quase totalidade dos “textos dissertativo-argumentativos” exemplificados nos materiais didáticos. Tradicionalmente, esses dois campos lidam com concepções representacionistas de linguagem (sobre o campo científico, ver as considerações, por exemplo, de Gilles Granger [1968]). O campo jornalístico, comumente, trata a linguagem como instrumento de comunicação, adotando uma concepção funcional, segundo a qual a linguagem, em uma de suas funções, se caracterizaria por se apresentar de forma objetiva, neutra, imparcial.

A linguagem, portanto, dentro dessa concepção, especialmente no campo jornalístico, teria por finalidade buscar a “informatividade”. Dessa perspectiva, a verdade é uma meta a ser alcançada. Nesse sentido, os fatos são apresentados (e não representados) como informação. No entanto, do ponto de vista discursivo, essa informatividade é questionável. Não vou me deter nessa questão, mesmo porque já está bem desenvolvida por muitos pesquisadores em *Análise do Discurso* (ver, por exemplo, GREGOLIN; BARONAS, 2003, entre outros). Meu objetivo, no momento, é simplesmente pensar nos gêneros que circulam nessa esfera do discurso, refletindo sobre a suposta natureza “informativa”, e não “persuasiva”, de seus enunciados.

³ As noções de campo e de esfera discursivos são discutidas por Grillo (2003a, 2003b, 2006), com base em Bakhtin (2003, 2010).

Segundo Schenewly e Dolz (1996), por exemplo, a esfera jornalística contemplaria gêneros como notícia, reportagem, artigo de opinião, editorial, manchete, propaganda, classificados, horóscopo, entrevista, entre muitos outros. Obviamente, quando se pensa em “informação”, é mais comum se remeter a gêneros como notícia e reportagem, por exemplo. Mas, afinal, seriam os textos pertencentes a esses gêneros isentos de argumentação, de intencionalidade persuasiva?

Podemos concluir esta seção observando que, apesar de os autores tentarem incorporar conceitos oriundos de pesquisas recentes na área dos estudos sobre texto e discurso, esses conceitos apresentam inconsistências. É possível perceber a fundamentação tradicional ainda presente através de uma concepção tipológica que tenta estabelecer relações entre tipos textuais, dissertação e argumentação, com base em uma concepção psicológica de linguagem, instrumental e funcional, e não interativa e dialógica, que procura articular os gêneros a campos discursivos, como propõe Bakhtin (2003, 2010).

A seguir, procuramos mostrar que, mesmo em propostas de redação de vestibular em que o conceito de gêneros estaria pressuposto, contradições e inconsistências permanecem.

Os gêneros do discurso argumentativo no vestibular

A prática de produção escrita a partir de tipologias textuais remonta, historicamente, aos séculos XVIII e XIX. A perspectiva filológica tripartiu os gêneros retóricos e poéticos em Narração, Descrição e Dissertação. Já no século XX, o estruturalismo aprofundou essa concepção ao se propor a analisar essas tipologias em macro-estruturas textuais, as chamadas Gramáticas de Texto. O funcionalismo, por sua vez, operou sob a égide das Funções Textuais, mas ainda trabalhando com as mesmas definições, narração, descrição e dissertação, às vezes argumentação.

Segundo Anne-Marie Chartier (2007), na França, a gênese da atividade escolar de redação se encontra no final do século XIX, quando exercícios medievais de reprodução de modelos textuais clássicos (greco-latinos), no interior de uma concepção retórica de linguagem, predominavam. Esses exercícios retóricos darão lugar à “composição literária” (de variados gêneros), que, já nos anos setenta do século XX, se transmutará em “expressão escrita”, e, depois, nos anos noventa, em “produção de textos”.

No Brasil, segundo Galvão e Prado (apud CHARTIER, 2007), a história não teria sido muito diferente, mesmo porque, até há bem pouco tempo, nosso espelho cultural (incluindo aí o campo acadêmico pedagógico) foi a França.

Uma perspectiva discursiva, contrária à perspectiva tipológica tradicional, em uma espécie de reencontro com a antiga retórica, só terá espaço com as análises enunciativo-discursivas, iniciadas nos anos cinquenta e sessenta. No Brasil, essa perspectiva discursiva (sócio-interacionista, para muitos) intensificou-se com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (mas já se esboçava há mais tempo, especialmente no campo dos estudos linguísticos).

A fim de discutir os impactos recentes dessa perspectiva discursiva, trazendo à tona algumas de suas tensões e contradições, analisamos a seguir uma proposta recente de redação de um vestibular de uma universidade pública brasileira e ilustramos a análise com alguns textos produzidos mediante essa proposta.

Considerando que “trocadilho” é [a] “jogo de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados” e, ainda, [b] “uso de expressão que dá margem a diversas interpretações” (Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa), escreva um editorial com o título “usos e efeitos do trocadilho”, comparando, pelo menos, dois dos exemplos abaixo: jornal, literatura, piada, publicidade.

Essa proposta é um bom exemplo da influência da concepção bakhtiniana de gêneros do discurso no ensino de língua portuguesa, que tem provocado, de alguma forma, mudanças significativas nas concepções de texto e de produção de texto. Isso é indiciado, nessa proposta, a partir do momento em que não se solicita a ‘redação’ de um ‘texto dissertativo’ ou de uma ‘dissertação’, mas a escrita de um editorial. De certa forma, o termo ‘redação’, no cabeçalho da proposta (ver Anexo), é um resquício da concepção tradicional, presente desde a oficialização, nos anos setenta, da prova de redação como requisito essencial para aprovação na seleção dos vestibulares e ingresso no ensino superior.

Apesar da mudança indicada, a proposta mantém uma marca característica das tradicionais. Ela é temática, ou seja, a proposta é elaborada em torno de um tema, no caso, “trocadilho”, e, nesse sentido, não se difere, em princípio, das famosas propostas temáticas “Minhas férias”, “Minha escola”, etc.

Por outro lado, alinhando-se às novas concepções textuais e discursivas, a proposta apresenta, como suporte para a textualização do vestibulando, quatro textos ilustrativos, pertencentes a quatro gêneros discursivos diferentes. Esse conjunto de textos forma o que se tem chamado, comumente, de ‘coletânea de textos’. No exemplo 1, tem-se uma matéria de jornal expondo e discutindo uma polêmica em torno de um editorial publicado pelo jornal *Folha de São Paulo*. No referido editorial, publicado em 17 de fevereiro daquele ano (2009), a Folha teria utilizado a expressão “ditabranda” para qualificar a ditadura brasileira dos anos setenta como menos repressiva, em relação a outras ditaduras sul-americanas do período.

O uso do trocadilho “ditabranda”, pelo editorial da Folha, será o mote da proposta, isto é, a questão a ser trabalhada pelo candidato, tendo em vista o auxílio dos três textos complementares, todos contendo algum exemplo de trocadilho: uma propaganda, uma piada e um texto literário (ver Anexo). Ou seja, o tema não é, exatamente, a “polêmica” gerada pelo trocadilho “ditabranda”, em um horizonte social, político e ideológico. Isso pode até ser tratado pelos candidatos, mas será algo acessório no todo do enunciado, já que o tema central é mesmo “os usos e efeitos do trocadilho”.

Outro dado significativo, a nosso ver, para os objetivos que temos neste momento, é a proposta mesmo de escrita de um editorial. Franco (2008), em sua dissertação de mestrado, analisa uma proposta semelhante, da mesma universidade, em um vestibular de ano anterior.

Diferentemente da proposta analisada por Franco (2008), a que estamos discutindo não está “situada” em uma simulação de publicação de um jornal, isto é, em uma esfera sócio-discursiva ou “campo da criação ideológica” (BAKHTIN, 2003; 2010). No contexto analisado por Franco (2008), configurou-se a possibilidade de escrita de um “editorial de apresentação de jornal”, conforme especificado na própria proposta apresentada. No caso em questão, essa possibilidade parece não se colocar. O que pode se vislumbrar, de

fato, é a produção de um “editorial de jornal”, no estilo do que teria sido publicado pelo jornal Folha de São Paulo, e que parece ter servido de ponto de partida para a proposta.

Segundo Benites (2002, p. 43), o editorial seria um ensaio curto que não tem, em geral, “valor permanente”, pois se subordina aos fatos do dia, “de preferência os que tocam mais de perto seus leitores”. Benites cita, para se justificar, um comentário do jornalista Marcelo Coelho, colunista da própria Folha de São Paulo, a respeito do livro *Meninas da Noite*, de Gilberto Dimenstein:

Enquanto a notícia apresenta secamente os fatos, de forma irresolvida e material, o editorial comenta, posiciona-se, contesta, interferindo sobre o absurdo que é homeopaticamente apresentado aos leitores todos os dias. (BENITES, 2002, p. 43)

Tais observações nos fazem relacionar o gênero discursivo Editorial, nessa configuração desenhada por Benites, como um gênero fundamentalmente argumentativo, e não apenas expositivo ou dissertativo. O próprio editorial da Folha, em que se recorre ao trocadilho “ditabranda”, ou o texto exemplificado em 1, na proposta – que, aliás, poderia muito bem servir como um editorial – poderia ilustrar essa natureza argumentativa do gênero.

A proposta, entretanto, como vimos, não parece apontar na direção da argumentação em torno de um tema polêmico, levando os candidatos, pelos dados analisados, à produção de textos dissertativos “escolarizados”, como os que exemplificamos a seguir.

A língua portuguesa como signo lingüístico inter-relaciona indivíduos por meio de linguagens, quer verbais ou não-verbais. A combinação desses códigos, permite a lógica comunicativa. Porém, a diferenciação seqüencial das palavras ou ambigüidades modificam a intencionalidade do locutor. Ei-lo: o trocadilho.

Utilizado em propagandística, literatura e seguimentos artísticos, o jogo de palavras, denota, em alguns casos, um estilo humorístico ou brincadeiras ao cotidiano. Tal padrão comunicativo, enquadra o leitor em possibilidades interpretativas cabíveis às histórias em quadrinhos, charges, livros. Contudo, desaconselháveis em textos denotativos, em predominância referenciais, cujo principal objetivo do emissor é a informação.

A situação ocorrida no jornal Folha de São Paulo, importante entidade jornalística do Brasil, tipifica o equívoco do trocadilho na expressão “ditabranda”, a admitir descaso ou eufemismo do fato histórico: Período Militar. Nesse contexto a abordagem repercutiu em manifestações por parte dos viventes do período, e professores de universidade, como a Universidade de São Paulo (USP), contrários à titulação. Outros enquadramentos, como no contexto humorístico é aconselhável ao atribuir maior comissidade.

A língua pátria, como signo vivo, ou seja, detora de significações, é agonizada conforme a racionalidade do emissor no trânsito de informações. No entanto, o uso adequado dos recursos estilísticos, como é o caso do trocadilho, é de suma importância, uma vez que abrange uma gama interpretativa cabíveis ou não a determinado contexto.

A utilização de trocadilhos na literatura ou no dia a dia no Brasil vêm de longa data. Por definição, tal recurso nada mais é do que um jogo de palavras que apresenta sonoridades e grafias semelhantes à palavra original, mas com um significado diferente. De modo que seu uso deve obedecer o limite do respeito ao público alvo, para que o comentário não deixe de ser irônico e engraçado e passe a ser pejorativo.

Uma das formas mais comuns de se encontrar trocadilhos são em textos jornalísticos e publicitários. Sendo que o objetivo e os parâmetros utilizados nos dois tipos de textos são completamente diferentes. O primeiro tem como função principal informar a sociedade, por conta disso tende a ser mais sério e coeso do que os demais, assim a utilização de trocadilhos tem como objetivo fazer uma crítica, trazendo ao texto uma certa ironia. Contudo, sua abordagem deve ser feita com cautela. Como por exemplo no texto do “Exemplo 1”, no qual o diretor Otavio Frias Filho cometeu uma gafe ao usar a expressão “ditabranda”, querendo fazer uma comparação da ditadura brasileira com às demais. Neste caso o diretor perdeu o foco do objetivo de um texto jornalístico para expressar uma opinião que desrespeita toda a sociedade brasileira. Já o segundo tem como função principal vender o seu produto. Neste caso a utilização de jogo de palavras tem como objetivo entreter e chamar a atenção do consumidor. Como por exemplo o texto “Exemplo 4” em que numa propaganda de produto de cabelo, a palavra nutrição capilar recebeu elementos visuais remetendo a uma idéia de refeição. Emprego totalmente válido.

Em suma, o uso de trocadilhos tem diferentes funções em determinados tipos de textos e seus efeitos vão depender do tipo de abordagem e da criatividade e habilidade do interlocutor.

Esses dois exemplares de textos parecem ter o mesmo “projeto”, que se configura, de forma geral, na mesma estrutura composicional e no mesmo tratamento do tema e das instâncias interlocutivas. A estrutura composicional é típica da dissertação escolar, com introdução do tema, definindo-o e caracterizando-o, e seu desenvolvimento, tendo em vista um aspecto problemático do mesmo. O “problema”, já previsto na proposta de redação, é a utilização do recurso expressivo do trocadilho e seus efeitos, positivos ou negativos. Após o desenvolvimento do tema e de sua problematização, o enunciador defende o seu ponto de vista, que, em geral, dá um fechamento à exposição realizada.

Vale a pena observar a semelhança entre a estrutura composicional dos segundos parágrafos dos dois textos: ambos abordam, de forma geral, aspectos pragmáticos do trocadilho, para depois exemplificar com duas situações contrastantes.

Outro traço comum do “projeto” desses dois textos, representativos de um amplo conjunto de textos produzidos em uma situação como essa, é o distanciamento enunciativo em que se coloca o enunciador, seja em relação ao próprio tema enunciado, seja em relação ao seu interlocutor. O tema, como já observamos, é definido, caracterizado, contextualizado, de forma objetiva, buscando-se, sempre, a maior precisão possível. Os interlocutores, por sua vez, não aparecem, figurando, discursivamente, como co-enunciadores *dessubjetivados*.

Ao concluir, no entanto, do mesmo modo que Franco (2008), que a grande maioria dos candidatos desses vestibulares não consegue escrever um editorial, redigindo, na verdade, uma dissertação escolar, tecnicamente preparada para atender aos pré-requisitos

de uma redação de vestibular, isso não significa que os textos produzidos são completamente homogêneos, idênticos. Ao contrário. O que verificamos, ao analisarmos os textos da amostra que colhemos, é que as configurações são heterogêneas, ainda que possam ser enquadradas no interior de um gênero a que denominamos “dissertação escolar”.

O estilo, por exemplo, do primeiro texto tenta um maior rebuscamento, como nos trechos a seguir:

- [1] “a língua portuguesa, como signo lingüístico.../a língua pátria como...”;
- [2] “propagandística; comissidade”.

Esse rebuscamento é expresso através de uma valoração indiciada, em [1], pela sintaxe do enunciado, e, em [2], pelo léxico. Esse rebuscamento pode ser, também, observado pelo caráter polifônico presente no parágrafo introdutório desse primeiro texto. O enunciador busca uma explicação linguística para o fenômeno do “trocadilho”, instaurando, no enunciado, uma voz científica, indiciada por termos como “signo lingüístico”, “verbais e não-verbais”, “combinação de códigos”, “lógica comunicativa”, entre outros. Vale a pena observar que o segundo texto, ao definir “trocadilho”, também no parágrafo introdutório, não recorre a uma formulação científica, com base em conceitos desenvolvidos pela Linguística. Sua explicação, ao contrário, é mais próxima do senso comum: “Por definição, tal recurso nada mais é do que um jogo de palavras que apresenta sonoridades e grafias semelhantes à palavra original, mas com um significado diferente”.

Há, ainda, outros aspectos singulares que distinguem os dois textos. No primeiro, o autor conclui, introduzindo o parágrafo com uma estrutura gramatical (léxico-sintática) muito semelhante à do primeiro parágrafo: “A língua portuguesa como signo lingüístico...” / “A língua pátria, como signo vivo...”. Isso indicia uma aposta do autor em um querer-dizer que tenta criar uma imagem de enunciador culto, seja em relação ao objeto de discurso, seja em relação à própria língua. Desse modo, o léxico rebuscado também é resultado dessa criação enunciativa do autor. O segundo texto, por sua vez, opta por introduzir o tema ancorando-o geográfica e historicamente, o que não ocorre na introdução do primeiro texto, realizada de forma mais geral. Aliás, o primeiro texto se mantém, praticamente, o tempo todo, distante do tema problematizado. Já o segundo texto parece se aproximar um pouco do problema discutido, ao situar tempo-espacialmente e, também, ao se referir, por exemplo, ao diretor do jornal Folha de São Paulo, Otávio Frias Filho. Outro dado, na mesma direção, que diferencia os dois textos é o fato do segundo não se dissociar da situação de prova do vestibular, o que é evidenciado pela referência explícita e direta aos exemplos de texto da “coletânea”.

É possível hipotetizar, assim, que o primeiro texto se apropria melhor, no sentido bakhtiniano de apropriação discursiva, isto é, tornar próprio um discurso alheio, do gênero “dissertação escolar”, em sua forma enunciativa prototípica. As principais características desse “protótipo” ou “modelo” são a estrutura composicional racional, com introdução-desenvolvimento-conclusão, de forma bastante clara, o tratamento generalizante e universalizante do tema e a *dessubjetivação* das instâncias interlocutivas.

Por outro lado, não parece ser possível dizer que esses exemplos de texto pertençam, ainda que simuladamente, ao gênero editorial jornalístico. Isso se concebemos esse gênero discursivo, conforme Benites (2002), como essencialmente argumentativo e

situado. Isso significaria que o enunciado deveria constituir um elo de uma enunciação polêmica em torno do ponto de vista do jornal FSP sobre a natureza repressora da ditadura militar no Brasil.

Por outro lado, esse estilo dissertativo prototípico, que estamos definindo como “escolarizado”, que, a despeito de uma homogeneidade “técnica”, apresenta diferentes graus de desenvolvimento, formalidade e interatividade, não é a única forma de enunciação geral que encontramos no *corpus*. O exemplo a seguir pode ser considerado singular, já que o discurso muda completamente de configuração, e o estilo dissertativo-expositivo dá lugar ao narrativo.

Nutrição capilar. Servida nos melhores salões de beleza

Foi assim que um conhecido salão de beleza aqui da capital mineira, resolveu atrair suas clientes para o novo tratamento para os cabelos. E ainda dizia que servia banho de brilho para novos clientes.

O que também chamou atenção das pessoas que por ali passavam era um grande cartaz com fotos de mesas postas, mas ao invés de pratos de comida e talheres, estavam dentro dos pratos os potes de cremes, produtos para os cabelos e os talheres eram as ferramentas de trabalho do salão, como pentes, escovas. Mas a conclusão de tudo isso foi que o salão ficou cheio.

Joãozinho passando por perto do salão, achou tudo muito estranho, pois ele passava ali todos os dias e nunca reparou nessas mudanças. Chegando em casa ele perguntou a mãe se tinha um restaurante novo na rua. A mãe disse que não. Depois de explicar tudo a mãe, ela colocou-se a rir, pois o filho havia confundido tudo. Ela explicou que aquilo não era restaurante, que não era pelo fato de um cartaz colocar pratos e talheres isso na frente do salão, que isso se tornaria um restaurante. “A mãe disse que certas expressões, fotos, cartazes, nem sempre devem ser levados ao pé da letra, ou que palavrinhas escritas da mesma forma querem dizer o mesmo significado.

Com essa análise, entendemos que o processo de criação autoral desses enunciados, que tem por objetivo a aprovação no exame do vestibular, difere bastante do real processo de criação autoral de um gênero como o editorial jornalístico. Enquanto a dissertação escolar apresenta uma enunciação norteadas pela *desubjetivação* dos parâmetros discursivos elementares, como o tema (objeto de discurso), o cronotopo (espaço-tempo) e os co-enunciadores, um editorial é um gênero que se configura por uma enunciação situada, plenamente inserida na discussão de um fato datado. Enquanto a dissertação escolar se funda em um horizonte discursivo generalizante, universalizante, e, nesta perspectiva, seu auditório é universal, o editorial é circunstanciado, conjuntural, e seu auditório é, portanto, particular.

Propostas de redação como a que analisamos acabam contribuindo para um processo de escolarização de gêneros discursivos, como o editorial, o artigo de opinião, a carta argumentativa, entre outros, o que, dependendo do trabalho realizado, principalmente em relação aos aspectos discursivos desses gêneros, pode não mudar muito o processo ensino-aprendizagem de textos dissertativo-argumentativos.

Considerações finais

Propostas de ensino, por um lado, e de produção textual, por outro, como as que analisamos acabam contribuindo para um processo de escolarização *dessubjetivante* de gêneros discursivos argumentativos, como o editorial, o artigo de opinião, a carta argumentativa, entre outros, o que, dependendo do trabalho didático-pedagógico realizado, principalmente em relação aos aspectos discursivos desses gêneros, pode não mudar muito o processo ensino-aprendizagem de enunciados de natureza argumentativa ou dissertativo-argumentativa.

Parece instaurar-se, assim, um círculo vicioso em que o processo ensino-aprendizagem não consegue romper com as concepções tradicionais (objetivas abstratas e/ou subjetivas idealistas, conforme BAKHTIN, 2003) e, ao mesmo tempo, as propostas de produção de textos dos exames vestibulares continuam a alimentar esse sistema conceitual e suas práticas discursivas.

Como contraponto a essa pedagogia *dessubjetivante*, entendemos a necessidade do ensino de Língua Portuguesa instaurar um processo efetivo de interação dialógica, nos moldes pensados pelo círculo de Bakhtin. As relações dialógicas entre os sujeitos envolvidos, que constituem o elemento fundamental da arquitetura discursiva bakhtiniana, seja qual for o gênero, precisam ser mais levadas em conta, a despeito de se mudar alguma coisa, e não se mudar nada.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2001.
- BAKHTIN, M. [VOLOSHINOV]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BENITES, S. A. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Proleitura, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1994.
- BRONCKART, J. -P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CEREJA, W.; MAGALHÃES, T. *Português: Linguagens*. São Paulo: Atual, 2003.
- CHARTIER, A.-M. *Práticas de leitura e escrita – história e atualidade*. Belo Horizonte-MG: Ceale/Autêntica, 2007.
- FRANCO, K. R. *O gênero editorial em contexto de vestibular*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, ES.

- GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1984.
- GOMES-SANTOS, S. N. *A questão do gênero no Brasil: teorização acadêmico-científica e normatização oficial*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- GRANGER, G. G. *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. L. *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003
- GRILLO, S. Função dos gêneros e metodologia na constituição do *corpus* em Análise do Discurso. *Estudos Linguísticos*, Taubaté: GEL , v. 32, 2003a.
- _____. Manuais de redação e estilo: gêneros do discurso, linguagem e objetividade na imprensa. *The specialist*, São Paulo: PUC , v. 24, p. 85-110, 2003b.
- _____. Divulgação científica na esfera midiática. *Revista Intercâmbio*, LAES/PUC-SP, São Paulo-SP, v. XV. 2006.
- MIOTELLO, V. *Discurso da ética e a ética do discurso*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011.
- PERELMAN, C. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROJO, R. Gêneros do discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao Trivium? In: SIGNORINI, I. (Org.) *[Re]Discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008.
- SCHENEUWLY, B.; DOLZ, J. Genres et progression en expression orale et écrite. Eléments de réflexions à propos d'une expérience romande. *Enjeux*, 1996, p. 31-49. Tradução provisória de Roxane Rojo.
- VIDON, L. N. *Subjetividade e dessubjetivação em enunciados argumentativos produzidos em esfera escolar: gênero, estilo e autoria*. 2012. Projeto de Pesquisa – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

ANEXO

REDAÇÃO

Considerando que "trocadilho" é [a] "jogo de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados" e, ainda, [b] "uso de expressão que dá margem a diversas interpretações" (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*), escreva um editorial com o título "usos e efeitos do trocadilho", comparando, pelo menos, dois dos exemplos abaixo: jornal, literatura, piada, publicidade.

EXEMPLO 1: JORNAL

A polêmica da "ditabranda" do editorial da Folha

Enfim, o diretor de Redação da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, assumiu que o jornal errou ao utilizar, em editorial publicado no dia 17 de fevereiro, o termo "ditabranda" em referência ao regime militar brasileiro.

A declaração foi publicada na edição de domingo (8/3), um dia após manifestação em frente à sede do jornal.

"O uso da expressão 'ditabranda' em editorial de 17/02 passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis", afirmou.

Entretanto, Frias Filho manteve a posição de considerar a ditadura militar brasileira "menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena - ou que a ditadura cubana, de esquerda".

Se faltava um exemplo de "trocadilho infame", a Folha conseguiu perpetuá-lo em editorial: além de uma injustiça histórica com centenas de militantes de esquerda que morreram e foram torturados nos porões da ditadura, cunhar a expressão "ditabranda" é de lascur. E lembrar que a Folha se arvora de ter lançado a campanha das Diretas contra a ditadura... ai! ai! ai!

(Disponível em: < <http://23ops.blogspot.com/2009/03/polemica-da-ditabranda-do-editorial-da.html> >. Acesso em: 2 abr 2009.)

EXEMPLO 2: LITERATURA

Há, no título do livro *Os mortos estão no living*, de Miguel Marvillá, um sutil trocadilho, considerando que o leitor pode, ali, ler literalmente "os mortos estão no living", isto é, "os mortos estão na sala de estar" e/ou ler "os mortos estão no living", ou seja, "os mortos estão não vivendo".

EXEMPLO 3: PIADA

Na escola o professor explicava aos alunos o que era um trocadilho. Depois da lição, o professor pede aos alunos para darem um exemplo de trocadilho:

— Joãozinho, para ver se você entendeu a lição, faça um trocadilho.

O Joãozinho respondeu:

— É fácil, professor. Eu morava em Florianópolis e agora minha família se mudou para Paquetá.

O professor contestou:

— Mas, Joãozinho, isso não é um trocadilho.

E o Joãozinho:

— Pode não ser um trocadilho, professor, mas é uma troca d'ilha.

(Disponível em: <http://claudiom64.wordpress.com/2005/01/paga/2>. Acesso em: 5 abr 2009.)

EXEMPLO 4: PROPAGANDA



"Nutrição capilar. Servida nos melhores salões de beleza": "neste exemplo, o trocadilho visual se dá pelos elementos que representam a refeição. Como se trata da nutrição dos cabelos, o alimento nutritivo que está no prato é o produto da empresa, os talheres são a escova e o pente".

(Disponível em: < <http://www.users.rdc.puc-rio.br/imago/site/narrativa/producao/licinio.pdf> >. Acesso em: 2 abr 2009.)